

Sanções, assassinatos e bloqueio marítimo contra o povo venezuelano: imperialismo estadunidense intensifica a ofensiva

Introdução

Continuam os ataques à soberania e autodeterminação do povo venezuelano. O imperialismo estadunidense avança suas sanções agressões

econômico-políticas. Na realidade, deu um salto qualitativo em suas agressões. Por um lado, mantém seus atos criminosos contra pequenas embarcações de pescadores: são mais de 100 assassinatos de tripulações civis em águas do Caribe e do Pacífico Leste. Por outro lado, Trump faz ameaças à aviação em espaço aéreo do país e realiza bloqueio naval à Venezuela: ações militares navais com sequestro de navios tanque visando interromper a exportação de petróleo venezuelano.

Dessa maneira, Trump tenta sufocar a economia do país, o que significa principalmente ainda mais fome e miséria para a

maioria da população. O objetivo é a queda política de Nicolás Maduro e seu regime político e se apossar completamente das riquezas do país – muito além das concessões já feitas.

Os trabalhadores e povo venezuelano são os que sofrem continuamente com as ameaças de invasão e a situação econômica do país, que está submetido às contínuas sanções imperialistas, à superexploração que a burguesia venezuelana realiza sobre os trabalhadores e à crescente repressão política de Maduro. São centenas de prisões – inclusive de trabalhadores e sindicalistas – e controle social dos protestos populares

por reivindicações básicas.

O bloqueio naval contra a Venezuela é mais uma evidente agressão político-militar de um estado imperialista sobre outro país, semicolonial e dependente. Atinge as condições básicas do país: seu comércio exterior e suas rotas comerciais estratégicas. Não é um ataque tão somente ao governo de plantão, mas centralmente um ataque à população, seus trabalhadores e povo, visto que lhes impõe mais sofrimento e desgraças cotidianas.

A chamada “comunidade internacional” trata essa grave situação covardemente, como se não existisse. São pouquíssimos

governos que se declaram contrários ao que está ocorrendo. Instituições como ONU^[1] e a OEA demonstram, mais uma vez, sua ineficácia e submissão às diretrizes estadunidenses. Falam de “direito internacional”, mas calam de fato diante das agressões, ou quando muito emitem declarações formais e ineficazes. Em relação à América Latina, o que se evidencia principalmente é o alinhamento político de vários governos ao trumpismo, ou silêncios “inexplicáveis” e, quando muito, declarações vacilantes que não estão à altura dos acontecimentos.

Trump, por sua vez, tenta ganhar

tempo com as novas ações. Está em dúvida, vacilante e temeroso, de um assalto definitivo ao território venezuelano. Talvez, nem mais esteja pensando nessa perspectiva. Teme os efeitos internos na Venezuela, as possíveis resistências não somente da cúpula do regime de Maduro, mas do anti-imperialismo da população. Não consegue precisar quais seriam os efeitos regionais, talvez com uma intensificação de mobilizações populares contra os EUA. Mas também tem dúvidas dos efeitos que tal investida direta poderia desenvolver em seu próprio país, visto que grande parte da população está contra uma invasão, e mesmo sua

base de apoio encontra-se dividida sobre o tema. Ao mesmo tempo, Trump não pode recuar, seria uma vergonhosa derrota diante de um pequeno país. Então, por ora, continua com pressões econômico militares, e agora tentando criar um colapso econômico de brutais consequências humanitárias, na esperança que debilite o regime político venezuelano e crie fissuras em seu cerne que leve à deposição do mandatário bonapartista e seu regime, Nicolás Maduro.

O complexo industrial-militar estadunidense, por sua vez, quer fazer ainda mais contratos bilionários com a militarização do Caribe e pressiona para uma

invasão direta, uma guerra de grande escala contra a Venezuela. Nas palavras de um jornalista-capacho do lobby da indústria armamentista, Stephen Semler: “Além dos beneficiários imediatos, toda a indústria armamentista lucrará com o aumento e a perspectiva de guerra. (...). Serão feitos esforços de lobby em torno da perspectiva de guerra com a Venezuela, o que terá o efeito combinado de aumentar o orçamento do Pentágono, recompensando assim todos os contratistas militares”[\[2\]](#).

É ainda difícil prever quais serão os desdobramentos desse quadro geopolítico. O que se pode considerar é que, no

presente contexto, existe uma real e crescente agressão não somente ao povo venezuelano, mas também uma concreta expansão e ameaça estadunidense sobre o conjunto da América Latina.

A pirataria trumpista no Mar do Caribe

No dia 10 de dezembro (quarta-feira), os EUA de Trump sequestraram o navio-petroleiro Skipper em águas do Caribe, que havia saído da Venezuela em direção à China. As forças militares navais estadunidenses desceram de helicópteros e invadiram o convés do petroleiro. Eles vieram do porta-aviões USS Gerald R. Ford.

A tripulação não ofereceu resistência e a embarcação foi escoltada até um porto dos EUA, provavelmente no Texas (Galveston). A tripulação, majoritariamente russa, era constituída por cerca de trinta marinheiros mercantes (portanto, não militares).

A ação teve a participação do FBI (Departamento Federal de Investigação), HSI (Investigações de Segurança Interna) e a Guarda Costeira com apoio do Departamento de Guerra: “executaram um mandato de apreensão de um navio-tanque de petróleo bruto usado para transportar petróleo sancionado da Venezuela e do Irã”. Na mensagem a funcionária afirmou

que há vários anos o cargueiro estaria “sob sanções dos EUA devido ao seu envolvimento em uma rede ilícita de transporte de petróleo que apoia terroristas estrangeiros”[\[3\]](#). A imagem da invasão e da tomada do cargueiro assemelham-se às ações de guerra e confronto, desnecessárias uma vez que não existe nenhum estado de guerra declarado e a tripulação era constituída por marinheiros mercantes.

O sequestro e roubo da carga – pirataria moderna – ocorreu um dia após o sobrevoo de dois caças F/A-18 da Marinha (EUA) no Golfo da Venezuela, talvez a maior aproximação até o momento ao espaço aéreo do país ocorrida

com aviões de guerra^[4].

O Skipper saiu da Venezuela em 02 de dezembro com 2 milhões de barris de petróleo bruto pesado, sendo que metade da carga pertencia à importadora petrolífera (estatal) cubana, Cubametales, de acordo com documentos da Petróleo de Venezuela SA (PDVSA), que circularam na imprensa estadunidense^[5]. O valor da carga petrolífera foi estimado em aproximados US\$ 78 milhões. Dois dias depois, o navio teria realizado uma transferência em alto mar de 50.000 barris de petróleo para o navio Neptune 6, que seguiu em direção a Cuba, de acordo com Kpler (e

TankerTrackers.com), empresa imperialista de monitoramento petrolífero internacional^[6]. Após a transferência, o Skipper seguiria sua rota original para a Ásia, com a maior parte da carga.

Uma semana depois, Trump ordenou bloqueio naval total das águas venezuelanas, em 16 de dezembro. Ou seja, “ninguém entra e ninguém sai”. A figura presidencial disse em suas redes sociais: “A Venezuela está completamente cercada pela maior armada já reunida na história da América do Sul”. “Ela só vai aumentar, e o choque para eles será algo que nunca viram antes”. Mas na mensagem, após a

frase “bloqueio total e completo”, acrescentou: “de todos os navios petroleiros sancionados”[\[7\]](#).

Navios “sancionados” não são todos. Referem-se aos navios que estão numa “lista”[\[8\]](#) de navios que ao longo dos anos realizaram transportes de cargas com países sancionados economicamente: Rússia, Irã, Coreia do Norte e Venezuela. Navios que não se encontram na lista supostamente poderiam transportar cargas venezuelanas, à medida que aceitassem o risco. São mais de 400 navios que transportam petróleo venezuelano, dos quais cerca de 40% são alvos de sanções estadunidenses.

Depois do anúncio do “bloqueio total”, três navios petroleiros teriam partido do Porto de José (costa leste do país) em direção à Ásia com escolta da Marinha venezuelana[9]. Transportavam ureia, coque de petróleo e outros derivados petrolíferos. Esses petroleiros não fariam parte daqueles sancionados internacionalmente, de acordo com jornal estadunidense. Inclusive, em comunicado da PDVSA, ela chegou a afirmar que navios seguiriam navegando “com total segurança, suporte técnico e garantias operacionais, no legítimo exercício do seu direito à livre navegação”[10].

No entanto, se havia alguma

ilusão de Nicolás Maduro, no sábado (20 de dezembro), tal ilusão deixou de existir. Um segundo petroleiro, o Centuries – não sancionado pelos EUA – , foi interceptado pela Guarda Costeira estadunidense, quando transportava petróleo venezuelano para a China. O navio navegava com bandeira panamenha e, de acordo com informações não confirmadas, seria de propriedade chinesa. Transportava cerca de 1,8 milhão de barris de petróleo. O objetivo da ação militar teria sido enfatizar ainda mais a “seriedade da medida” sobre o bloqueio naval: “Esta é uma mensagem para Maduro”. A secretaria de Segurança Interna

estadunidense, Kristi Noem, confirmou a apreensão, inclusive postando o vídeo da interceptação: “Em uma operação realizada na madrugada de hoje, 20 de dezembro, a Guarda Costeira dos EUA, com apoio do Departamento de Defesa, deteve um petroleiro que estava atracado na Venezuela”. E finalizou a mensagem como é de praxe para os funcionários trumpistas: “Os Estados Unidos continuarão a perseguir o movimento ilícito de petróleo sancionado que é usado para financiar o narcoterrorismo na região” [\[11\]](#).

Na mensagem acima ocorre um pequeno deslizamento de embarcação na lista de sanção

para “petróleo sancionado”. Esses deslizes ideológicos é o que temos visto continuadamente nas justificativas trumpistas. As contradições, no entanto, não se encerram nos arranjos das frases. Como explicar, por exemplo, que o regime político venezuelano continua exportando para os EUA, por meio da Chevron, cargueiros diários com petróleo? Nesse caso, o petróleo não é considerado “sancionado”!

Na sequência, no domingo (21 de dezembro), o terceiro petroleiro, o Bella 1, quando se dirigia para a Venezuela para abastecimento, foi interceptado em águas do Caribe. O navio sofreu sanção em 2024 por supostamente transportar carga

que haveria enriquecido o grupo Hezbollah e a Força Quds da Guarda Revolucionária Islâmica.

Até o momento, 26 de dezembro, os EUA interceptaram três navios cargueiros de grande porte. Dessa maneira o trumpismo tenta interromper as exportações petrolíferas principalmente para a China e, assim, sufocar ainda mais a economia do país.

O bloqueio às exportações venezuelanas: Trump chama de “roubo histórico”

Voltemos ao espúrio comunicado de Trump, em 16 de dezembro, quando por suas redes sociais ordenou o “bloqueio total e

completo” de todos os navios petroleiros sancionados que entram e saem da Venezuela. Esse aviso ocorreu uma semana depois que os EUA sequestrou e roubou a carga do navio-tanque Skinner (10/12/2025), como relatado anteriormente.

No aviso Trump dizia sobre o amplo cerco militar à Venezuela que, segundo ele, continuará a crescer, “até que devolvam aos Estados Unidos da América todo o petróleo, terras e outros bens que nos roubaram” (!). A exportação do petróleo venezuelano serviria a Maduro “para se financiar, bem como para o narcoterrorismo, tráfico de pessoas, assassinatos e sequestros”.

O discurso trumpista passou a incorporar a ideia de roubo de propriedades estadunidenses (nacionalizações), ao lado da anterior designação de Maduro e o regime político como “organização terrorista estrangeira”. Acrescentou nova justificativa para o que ocorre: as riquezas por direito são dos EUA.

Essa nova faceta do discurso trumpista somente explicita o que se encontra na lógica intrínseca à sequência de ações militares e políticas sobre a América Latina. Uma retomada do território americano, chamado de hemisfério ocidental: “A América para os americanos”.

Os impactos sobre o povo venezuelano

Com o bloqueio marítimo, a situação da classe trabalhadora e do povo venezuelano tende a piorar ainda mais. O bloqueio estrangula a principal fonte de renda do país, que depende em mais de 90% de suas exportações de petróleo. Desde o primeiro governo Trump foi intensificada a campanha de pressão contra o país por meio de sanções que ameaçavam excluir da economia americana indivíduos e empresas que fizessem negócios com o governo venezuelano.

As exportações totais de petróleo significaram cerca de 1,1 milhão de barris por dia

(bpd) ^[12] – números de novembro último ^[13]. Até meses anteriores, essa produção gerava uma receita anual petrolífera equivalente a aproximados US\$ 8 a US\$ 8,5 bilhões. Por volta de 746 mil bpd (cerca de 80% da produção) destina-se à China. A empresa estadunidense Chevron mantém uma *joint venture* com a PDVSA e, por meio de licença especial de atividade, exportou para os EUA, em novembro, cerca de 150 mil bpd. Cuba, por sua vez, recebe cerca de 24 mil barris diários de petróleo bruto, gasolina e querosene de aviação, como parte de acordos energéticos bilaterais.

A economia do país tornou-se

amplamente dolarizada de fato, nos últimos anos, com transações comerciais e preços cotados em dólar. A nova restrição imperialista às exportações petrolíferas significa menor oferta de dólares no mercado interno, com os preços mais altos e o acesso ao dólar ainda mais restrito para a maioria da população. Escassez de combustíveis, medicamentos e alimentos tendem a aumentar, enquanto a infraestrutura (eletricidade e serviços públicos) já corroída sofrerão com problemas de manutenção.

Máquinas e equipamentos são essenciais para a manutenção da infraestrutura e do funcionamento das refinarias;

produtos farmacêuticos e químicos são fundamentais para a saúde pública e produção industrial; veículos e peças são indispensáveis para a logística e transporte.

A economia venezuelana importa bens essenciais que a produção interna não consegue prover em escala suficiente: alimentos, medicamentos e equipamentos médicos; máquinas, insumos industriais e peças; bens intermediários para setores de energia e refino. O país importa entre US\$ 11 e 12 bilhões por ano. Do total das importações para o país, os itens com maior participação em 2025 foram: combustíveis minerais e óleos (não-crus) – 30,5%; alimentos –

20 a 25%; máquinas e aparelhos eletrônicos – 17,5%; equipamentos elétricos e eletrônicos – 14,0%; veículos e peças automotivas – 11,0%; produtos farmacêuticos – 8,0%; plásticos e produtos derivados – 7,0%; fertilizantes e químicos – 3,5%.

O país é estruturalmente dependente de importações alimentares, sobretudo desde os anos 1990, agravando-se ainda mais essa dependência após o colapso produtivo da década de 2010. A recuperação do setor agrícola foi pouco significativa, mantendo as importações como eixo central especialmente para o abastecimento nas regiões

urbanas. Entre 2008-2013 alcançou seu pico histórico nas importações, com média anual entre US\$ 7 e US\$ 9 bilhões por ano. Posteriormente, entre 2016 e 2019, ocorreu queda para menos de US\$ 2 bilhões/ano. Finalmente entre 2022-2024, chegou a cerca de US\$ 3 a 4 bilhões. Em todos esses períodos o “ciclo de ferro” das importações nunca foi rompido, mantendo-se como área relevante de acumulação da burguesia importadora venezuelana.

O bloqueio tende a reduzir as exportações em cerca de 50%, o que levaria à desaceleração dos carregamentos nos portos, especialmente no terminal de Jose, que recebe a produção

principal vinda da Faixa do Orinoco. Esse é um problema adicional, uma vez que são limitadas as áreas de armazenamento da produção petrolífera, visto que a produção das refinarias não podem ser interrompidas. O aumento das exportações nesse ano diminuiu os estoques petrolíferos em terra para cerca de 9 milhões a 11 milhões de barris desde setembro. No início do ano havia chegado a 14 milhões de barris armazenados. No entanto, agora em dezembro esses estoques já subiram para 12,6 milhões de barris, chegando o nível total do armazenamento no país a 22 milhões de barris. A solução provisória da PDVSA

está sendo o armazenamento flutuante em navios-tanque ancorados [\[14\]](#).

O bloqueio naval tem um impacto brutal na economia venezuelana. As moedas estrangeiras para o setor privado venezuelano, tanto em dinheiro como em criptomoeda, podem despencar nas próximas semanas. Isso fará a inflação subir ainda mais no país. As empresas venezuelanas compram diversos produtos no exterior; para isso devem trocar o bolívar local por dólares gerados na comercialização do petróleo e/ou transações com cartão de crédito em plataformas administradas pelo Banco Central. As transferências das moedas estrangeiras para as empresas já

estavam em declínio e podem cair ainda mais, uma vez que cerca de metade das exportações podem ser afetadas.

O dólar há tempos é um grande inimigo da população. A perspectiva de Maduro em dolarizar a economia venezuelana levou a uma crise extrema do país. A sua tendência de alta na Venezuela, exercendo enorme pressão sobre a economia nacional. Dados oficiais do Banco Central da Venezuela (BCV) apresentam que o bolívar desvalorizou 8,8% somente em novembro. Em janeiro 52,02 bolívares valiam um dólar. Hoje, diante da desvalorização no ano, a taxa de câmbio chegou a 245,66 bolívares por dólar no

mercado oficial [15]. Essa completa dependência cotidiana ao dólar pressiona o processo inflacionário às alturas, tornando-se o principal indicador de preços e referência comercial no país.

Mais de 80% da população vive na pobreza e o que possamos chamar de classe média está desaparecendo. O salário mínimo e a pensão estão congelados em 130 bolívares por mês desde março de 2022, equivalem atualmente a 52 centavos de dólar por mês, agravando a crise social. Alimentar uma família na Venezuela representa cerca de cinco vezes esse valor, visto que “uma cesta básica pode custar cerca de US\$ 600, só

falando de comida". Essa disparidade econômica obriga vários membros de uma família a combinarem suas rendas para suprir as necessidades básicas. Considerando que 70% do orçamento é destinado à alimentação e cerca de 15% a medicamentos ou saúde [\[16\]](#).

Diante desse colapso salarial e de inflação descontrolada, muitos venezuelanos aceitam empregos instáveis e mal remunerados, conhecidos como empregos precários ou temporários, para sobreviverem no dia a dia, embora esses rendimentos sejam insuficientes para cobrir as suas necessidades. Como ponto de referência, os seguintes números são marcantes: o

salário médio de um “chefe” de família é de 180 dólares; a renda familiar média é de 340 dólares. No entanto, a população acredita que, para cobrir o custo da cesta básica de alimentos, seria necessária uma renda de 700 dólares mensais [17].

O Conselho de Segurança da ONU não condenou os EUA na reunião de dezembro

A reunião do Conselho de Segurança, realizada em 23 de dezembro, para discutir a intensificação da intervenção militar estadunidense contra a Venezuela no Mar do Caribe foi inconsistente, como era de se esperar. Nenhuma posição mais

definida foi extraída do encontro. Parte dos membros do Conselho defendeu o direito internacional e a busca de soluções por meio do diálogo diplomático. Venezuela, Rússia, China e Cuba tiveram uma posição verbalmente mais contundente. EUA, por sua vez, reafirmaram suas ações militares sob o pretexto de “erradicar o narcotráfico” na região. Os representantes latino-americanos apresentaram posições diferenciadas. Seja como for, nada de mais incisivo foi decidido, nem poderia sê-lo, uma vez que os EUA tem poder de voto.

Khaled Khari, subsecretário geral da ONU, apresentou um

informe sobre o cenário atual e sua evolução. Descreveu o que já está fartamente documentado na imprensa internacional.

Disse que os ataques aéreos violam o direito internacional e o combate ao tráfico de drogas refere-se à aplicação da lei, e que traz limites rigorosos do uso de força letal. Reiterou a posição da ONU sobre a necessidade de todos os Estados-Membros respeitarem o direito internacional e exercerem moderação e reduzirem as tensões para preservar a estabilidade regional. Propõe esforços de diálogo diplomático: “O diálogo é o único caminho viável para uma paz duradoura e para evitar mais instabilidade e sofrimento

humano”[\[18\]](#) – algo muito longe do cenário atual.

Diversos membros do Conselho acompanharam a posição de Khiari, como o representante da Argélia, Dinamarca, Grécia, Paquistão, Somália, República da Coreia, Eslovênia, França.

Os governos latino-americanos, por sua vez, dividiram-se, de forma semelhante ao que ocorreu no dia anterior (22/12) na abertura da cúpula do Mercosul.

Por um lado, destacam-se as posições da Argentina e Paraguai, que atribuíram a situação ao caráter ditatorial do governo venezuelano. O representante paraguaio considerou que a posse da

autoridade eleita seria “passo fundamental para a estabilidade na região”. Na mesma linha, o representante argentino declarou que o regime considerado ilegítimo de Maduro teria mergulhado a Venezuela em uma grave crise: “A paz, a liberdade e a democracia na América Latina estão em risco”. Por outro lado, países como Brasil, Colômbia, Chile e México enfatizaram o respeito ao direito internacional, rejeitaram a ameaça e uso da força e afirmaram que as ações estadunidenses estão gerando tensões regionais. A posição mexicana sintetizou esse campo ao afirmar que : “o diálogo e a negociação são as únicas formas

legítimas e eficazes de resolver as diferenças existentes” e que caberia “exclusivamente ao povo venezuelano determinar o futuro político [de seu país]”.

Cuba, por sua vez, ressaltou as “ações irresponsáveis do governo” estadunidense, que “impõe a aplicação de suas leis fora de seu próprio território e longe de suas costas – onde não tem juridição – por meio de agressões e apropriação de bens”. Isso faria parte de uma estratégia de escalada destinada a impedir que a Venezuela exerça seu direito de comercializar livremente seus recursos com outros países e tal ação incluiria seu país, com “pressão máxima e sufocamento”.

De forma enfática contra os EUA se posicionaram os representantes da Federação Rússia e da China. Em dias anteriores esses países já tinham feito declarações sobre o “bloqueio total”. O representante da Federação Russa condenou a tentativa estadunidense de “nos convencer da visão mentirosa” de “transformar um Estado soberano em uma empresa criminosa”. Condena a “conduta de caubói” que poderia se tornar um modelo de próximas agressões a outros Estados latino-americanos. Por sua vez, o representante da China condenou “todos os atos de unilateralismo e intimidação”, condenando a

interferência externa nos assuntos internos da Venezuela sob qualquer pretexto.

A posição dos EUA, no entanto, foi reafirmada na reunião do Conselho: os EUA erradicarão os cartéis de drogas “que operam impunemente em nosso hemisfério há muito tempo”. As sanções serão aplicadas com a máxima extensão possível para “privar [o presidente venezuelano Nicolás] Maduro dos recursos que utiliza para financiar o Cartel [de los Soles]”. Inclui nisso os lucros da venda de petróleo, pois estes viabilizam “sua reivindicação fraudulenta de poder e suas atividades narcoterroristas”. E ainda: “o regime ilegítimo de Maduro”

representa uma “ameaça extraordinária à paz e à estabilidade de nosso hemisfério”, sendo que os EUA “farão tudo ao seu alcance para proteger nosso hemisfério, nossas fronteiras e o povo americano”.

As posições dos governos latino-americanos sobre as ameaças imperialistas

A maioria dos países da região continuam sob um silêncio público vergonhoso, apoio descarado pró-imperialista ou uma tímida postura de mediação do “conflito”. Até o momento, somente Colômbia e Cuba condenaram taxativamente a interceptação do segundo

petroleiro e criticaram também o endurecimento do bloqueio regional estadunidense.

O ministro de Relações Exteriores cubano, Bruno Rodriguez, chamou a ação como “novo ato de pirataria e terrorismo marítimo”, após a segunda interceptação e sequestro de petroleiro próximo às águas venezuelanas. Ainda considera o seguinte: “Isso reitera a conduta [dos EUA] de total desrespeito e violação do Direito Internacional, do Direito Marítimo e da liberdade de navegação e comércio”.

A posição brasileira segue conciliatória, como que “pisando em ovos”, sem enfatizar (e

denunciar) as contínuas ações militares estadunidenses na região. Em tom conciliador, em Foz de Iguaçu, na abertura da cúpula do Mercosul, o presidente Luiz Inácio Lula, considerou que uma “intervenção militar” seria “uma catástrofe humanitária”: “As verdadeiras ameaças à nossa soberania se apresentam hoje na forma da guerra, das forças antidemocráticas e do crime organizado. Passadas mais de quatro décadas desde a guerra das Malvinas, o continente americano volta a ser assombrado pela presença militar de uma potência extraterritorial”. Novamente se oferece como “mediador” entre as “duas

partes” em conflito.

Na mesma linha retórica, Claudia Sheinbaum considera que a “questão central é o intervencionismo e a intromissão”, propondo convocar países da região e de outros continentes para solucionar o conflito entre EUA e Venezuela: “Não concordamos com intervenções ou interferências; fazemos isso em nome da Constituição”[\[19\]](#). Além disso, considerou que “todos os mecanismo estabelecidos pela Nações Unidas estão em vigor para a resolução pacífica de qualquer conflito. E todas as partes devem participar”. A ONU deve “assumir o seu papel para prevenir qualquer derramamento

de sangue e a procurar sempre a solução pacífica dos conflitos".

Na ocasião do encontro, mas à margem da cúpula do Mercosul, Argentina (Javier Milei), Paraguai (Santiago Peña), Panamá (José Raúl Molino) e representantes oficiais da Bolívia, Equador e Peru assinaram uma declaração no sábado sobre a situação venezuelana. O documento mostra ao que veio: um claro alinhamento pró-imperialista e pró-oposição de direita venezuelana. Em nenhum momento, o documento menciona ou denuncia o destacamento militar no Caribe e no Pacífico Ocidental, os assassinatos de tripulações de embarcações, ou a

intercepção de navios petroleiros saídos da Venezuela. Restringe-se à restauração da ordem democrática “por meios pacíficos” e garantindo “o respeito irrestrito aos direitos humanos”. Ainda o documento expõe a “profunda preocupação com a grave crise migratória, humanitária e social na Venezuela” e instou Maduro a libertar e garantir processo legal, bem como a integridade física, de todos os cidadãos, “arbitrariamente privados de sua liberdade”. O documento nitidamente demarca o alinhamento político que Trump tem obtido na região.

Mas Javier Milei fez o papel

destacado, no sentido de “mais realista do que o rei”. Em seu pronunciamento, chamou os integrantes do Mercosul para apoarem a pressão militar dos EUA sobre a Venezuela e que condenassem o governo Maduro: “A Argentina acolhe com satisfação a pressão dos Estados Unidos e de Donald Trump para libertar o povo venezuelano. O tempo de uma abordagem tímida sobre este assunto já passou. Exortamos também todos os outros membros do bloco a apoarem esta posição e a condenarem inequivocadamente esta experiência autoritária”[\[20\]](#). Mas cabe também ressaltar outro aspecto do seu discurso que deixa muito nítido o caráter integrista

desse grupo de países: “Nossos países possuem um conjunto extraordinário de ativos estratégicos: energia, minerais, infraestrutura crítica e alimentos. Eles sempre estiveram presentes e, pelo menos no caso da Argentina, não conseguimos convertê-los em riqueza. O que precisamos é parar de criar obstáculos internos e permitir que esse potencial se desenvolva de uma vez por todas. A coordenação energética, a integração das cadeias de valor e a redução das barreiras reais são as ferramentas que podem transformar o panorama econômico de nossos países”.

Pela primeira vez, em declaração de 22 de dezembro, a China

denuncia os EUA de “violar o direito internacional”, caracterizando as ações estadunidenses como “apreensão arbitrária de navios de outro país”[\[21\]](#). O porta-voz das Relações Exteriores, Lin Jan, declarou que “[a China] se opõe sistematicamente a sanções unilaterais ilegais que carecem de qualquer fundamento no direito internacional e não são autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas”. E acrescentou: “A Venezuela tem o direito de desenvolver de forma independente uma cooperação mutuamente benéfica com outros países”.

Concluindo

O que está em curso na Venezuela não é um conflito diplomático ou suposto combate ao narcotráfico, tampouco uma disputa política entre “duas partes” em conflito. Trata-se de uma escalada imperialista concreta que combina sanções econômicas, ações militares navais e aéreas, interceptação e assassinato tripulações de pequenas embarcações, além das ameaças ao espaço aéreo do país e bloqueio comercial total. É uma nítida violação do direito internacional. Sob o discurso de combate ao narcotráfico, à corrupção ou à “defesa da democracia”, o imperialismo estadunidense avança sobre a soberania e autodeterminação do

povo venezuelano com métodos coercitivos e extraterritoriais.

O bloqueio às exportações petrolíferas atinge o núcleo da economia do país e não se dirige centralmente a Maduro e seu regime político, mas recai diretamente sobre a classe trabalhadora e o povo. A redução das exportações implica queda abrupta de divisas, diminuição da capacidade de importar alimentos, medicamentos e insumos básicos, aprofundando ainda mais a inflação, a dolarização desigual e o empobrecimento e miséria generalizados. Trata-se, portanto, de uma agressão social de grandes proporções, cujos efeitos recaem cotidianamente

sobre os setores populares.

O silencio cúmplice ou postura vacilante da chamada “comunidade internacional” – expressa na inação do Conselho de Segurança da ONU no alinhamento ou omissão de diversos governos latino-americanos – revela mais uma vez o caráter seletivo e instrumental do discurso do direito internacional. Quando o agressor é uma potência imperialista, as violações são relativizadas, naturalizadas ou simplesmente ignoradas.

A defesa da soberania venezuelana, portanto, não se confunde com o apoio ao governo Maduro nem com a legitimação de seu regime. Trata-se de uma

defesa elementar do direito dos povos à sua autodeterminação, à sobrevivência material e à não submissão a políticas de sufocamento econômico e militar. Diante de tal ofensiva em curso, os trabalhadores e povos do continente devem se sentir ameaçados também na expansão de tais agressões imperialistas. A denúncia e a resistência não virão, centralmente, de instituições internacionais nem de governos aliados, mas sim da mobilização solidária da classe trabalhadora e dos povos da região.

[\[1\]](#) Lembrando a mensagem do secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, por meio de seu porta-voz, em 17 de dezembro,

pedindo “moderação” e “desescalada imediata da situação”. Nada mais.

[2] Stavroula Pabst, Os principais contratistas militares dos EUA lucram com operações no Caribe [The top US military contractors cashing in on Caribbean operations], Responsible Statecraft, 12 de novembro de 2025.
<https://responsiblestatecraft.org/venezuela-us-military/>

[3] Attorney General Pamela Bondi, Plataforma X, 10 de dezembro de 2025.
<https://x.com/AGPamBondi/status/1998875795151024337>

[4] As forças armadas dos EUA sobrevoam o Golfo da Venezuela com dois caças, enquanto a atenção se intensifica.

[5] Aamer Madhani, Konstatin Toropin, Joshua Goodman e Regina Garcia Cano, Os EUA apreenderam um petroleiro na costa da Venezuela, diz Trump [US has seized an oil tanker off the coast of Venezuela, Trump says], Associated Press, 11 de

dezembro de 2025.
<https://apnews.com/article/trump-tanker-seized-venezuela-maduro-0a148ba01684fc6ce1a228dd276732c0>

[6] Nicolau Nehamas, Tyler Pager, Farnaz Fassihi e Alan Rapperport, *Os EUA impõem novas sanções contra a família de Maduro e o setor petrolífero [U.S. Issues New Sanctions Targeting Maduro's Family and the Oil Sector]*, The New York Times, 11 de dezembro de 2025.

<https://www.nytimes.com/2025/12/11/us/politics/maduro-oil-sanctions-venezuela-tanker.html>

[7] Edward Wong, Simão Romero, Charlie Savage e Julian E. Barnes, Trump ordena bloqueio de alguns petroleiros que entram e saem da Venezuela [Trump Orders Blockade of Some Oil Tankers to and From Venezuela], New York Times, 16 de dezembro de 2025.

<https://www.nytimes.com/2025/12/16/us/politics/trump-blockade-venezuela-oil-tankers.html>

[\[8\]](#) Departamento do Tesouro dos EUA, Nacionais especialmente designados (SDNS) e a lista de SDNs.
<https://ofac.treasury.gov/faqs/topic/1631>

[\[9\]](#) Edward Wong, Anatoly Kurmanaev e Eric Schmitt, Marinha venezuelana escolta navios desafiando ameaça de bloqueio de Trump [Venezuelan Navy Escorts Vessels in Defiance of Trump's Blockade Threat], New York Times, 17 de dezembro de 2025.
<https://www.nytimes.com/2025/12/17/us/politics/venezuela-blockade-military-escort-trump.html>

[\[10\]](#) PDVSA, Comunicado, 17 de dezembro de 2025.

https://www.instagram.com/p/DSXiYr6kS2J/?utm_source=ig_web_copy_link

[\[11\]](#) Secretaria Kristi Noem, Plataforma X, 20 de dezembro de 2025.

In a pre-dawn action early this morning on Dec. 20, the US Coast Guard with the support of the Department of War apprehended an oil tanker that was last docked in Venezuela.

*The United States will continue to pursue the illicit movement of sanctioned oil that is used to fund...
pic.twitter.com/nSZ4mi6axc*

– Secretary Kristi Noem (@Sec_Noem)
December 20, 2025

[12] Marianna Parraga e Arathy Somasekhar, A Venezuela recorre ao armazenamento flutuante à medida que os tanques de armazenamento em terra se enchem [Venezuela resorts to floating storage as onshore storage tanks fill up], 23 de dezembro de 2025.
https://www.reuters.com/business/energy/venezuela-resorts-floating-storage-onshore-tanks-fill-up-amid-ship-seizures-2025-12-23/?utm_source=chatgpt.com

[13] CNN Brasil, Exportações de petróleo da Venezuela ultrapassam 900 mil bpd, mostram dados, 03 de novembro de 2025.
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/exportacoes-de-petroleo-da->

[venezuela-ultrapassam-900-mil-bpd-mostram-dados/?utm_source=chatgpt.com](#)

[\[14\]](#) Marianna Parraga e Arathy Somasekhar, A Venezuela recorre ao armazenamento flutuante à medida que os tanques de armazenamento em terra se enchem [Venezuela resorts to floating storage as onshore storage tanks fill up], 23 de dezembro de 2025. https://www.reuters.com/business/energy/venezuela-resorts-floating-storage-onshore-tanks-fill-up-amid-ship-seizures-2025-12-23/?utm_source=chatgpt.com

[\[15\] Em novembro: O bolívar perdeu 8,8% do seu valor em relação ao dólar, El Impulso, 28 de novembro de 2025.](#)

[\[16\] Lusiana Mejia, Economizar dinheiro na Venezuela: principais estratégias para quem tem renda limitada, segundo um especialista, El impulso, 26 de novembro de 2025.](#)

[\[17\] A economia domina as preocupações](#)

[dos venezuelanos, segundo Consultores 21](#),
El Impulso, 13 de novembro de 2025.

[18] Vibhu Mishra, Conselho de Segurança da ONU ouve alertas sobre escalada do impasse entre EUA e Venezuela [UN Security Council hears warnings over escalating US-Venezuela standoff], Organizações das Nações Unidas, 23 de dezembro de 2025.

https://news.un.org/en/story/2025/12/1166668?_gl=1*959d22*_ga*MTczNjU3MTcwNi4xNzY2NjczMTky*_ga_TK9BQL5X7Z*cxE3NjY2NzMx0TIkbzEkZzEkdDE3NjY2NzM3NTYkajYwJGwwJGgw

[19] Cláudia Sheinbaum, Post, La Jornada Baja Califórnia, 18 de dezembro de 2025.
https://x.com/LaJornadaBC/status/2001708403538735291?ref_src=twsrc%5Etfw

[20] Casa Rosada, Presidência, Discurso do Presidente Javier Milei na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, em Foz do Iguaçu, 20 de dezembro de 2025.
<https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/51138-discurso-del-presidente-javier-milei-en-la-cumbre-de-jefes-de->

estado-del-mercosur-y-estados-asociados-en-foz-de-iguazu

[21] A China acusa os EUA de “violarem o direito internacional” ao apreenderem petroleiros, Tal Cual, 22 de dezembro de 2025.

<https://talcualdigital.com/china-acusa-a-eeuu-de-violar-el-derecho-internacional-por-incaucion-de-petroleros/>